



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Moro se equivocou ao falar sobre apreensão de drogas no Paraná

Lula Marques/ Agência Brasil

O senador Sergio Moro (PL), pré-candidato ao Governo do Paraná, derrapou nas estatísticas ao criticar a atuação das forças de segurança nas fronteiras do estado. Dados oficiais mostram que, ao contrário do que afirmou o parlamentar, as apreensões de drogas bateram recorde nos últimos anos.

Em entrevista à revista *Véja*, Moro afirmou que as operações integradas nas fronteiras do Paraná “acabaram” e que houve redução dos investimentos na integração entre as forças policiais.

“Parou de se investir nesses centros de integração entre as forças policiais”, declarou o senador.

Os números, porém, apontam em outra direção. Em 2019, quando Moro era ministro da Justiça e Segurança Pública, as forças policiais apreenderam 144 toneladas de drogas no Paraná. Em 2025, esse volume chegou a 566,3 toneladas, um aumento superior a 290%.

O Paraná também liderou o ranking nacional de apreensões de maconha em 2025. Segundo



Senador, Sergio Moro será candidato ao Governo do Paraná

os dados oficiais, as operações representaram um prejuízo estimado em R\$ 767 milhões ao crime organizado, com uma média de aproximadamente 1,5 tonelada de drogas retirada de circulação por dia ao longo do ano.

Além dos resultados operacionais, o governo estadual ampliou a estrutura de policiamento na faixa de fronteira. Foi construída uma nova base operacional do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron),

em Santa Helena, além da implantação de outras 11 bases do programa Polícia de Fronteira.

As unidades reúnem ações integradas da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Receita Federal, Forças Armadas, além da colaboração de secretarias estaduais e autoridades municipais. O modelo de atuação conjunta contrasta com a declaração de Moro de que a integração entre as forças de segurança teria sido interrompida.

Wilson Dias/Agência Brasil



Líder do governo, Wagner foi alvo de operação da PF

Jaques Wagner irrita integrantes do Planalto

Integrantes do Palácio do Planalto, incluindo ministros do governo, avaliam que o senador Jaques Wagner errou em ao menos dois pontos na entrevista que concedeu à BandNews após a operação da Polícia Federal da qual foi alvo.

Interlocutores de Lula avaliam que foi um erro Wagner expor o telefonema que recebeu do presidente, no qual revelou que o man-

datário externou solidariedade.

Mas o mais grave, na avaliação do Planalto, seria o fato de Wagner ter dito que Lula já esteve em situação mais complicada do que a que ele próprio está enfrentando agora.

A favor de Wagner, que ainda se mantém como o líder do governo no Senado, pesa a relação de mais de 40 anos com Lula.

Sônia Paes*

Angra 3: Brasil não pode adiar decisão indefinidamente

O futuro da usina nuclear Angra 3, com as obras paradas atualmente, volta ao centro das atenções nesta terça-feira, dia 24, quando o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) se reúne para discutir temas estratégicos do setor elétrico nacional. Entre os assuntos da pauta está justamente o andamento da terceira usina nuclear brasileira, um empreendimento que há décadas alterna avanços, paralisações e incertezas.

A reunião ocorre em um momento decisivo. Depois de bilhões de reais já investidos e de anos de debates técnicos, econômicos e políticos, o país continua sem uma definição clara sobre o destino da obra. A morosidade do governo federal em tomar uma decisão definitiva tem gerado insegurança não apenas para o setor nuclear, mas também para investidores, trabalhadores e para toda a cadeia produtiva envolvida no projeto.

O Brasil possui condições para desenvolver a energia nuclear. Além de deter uma das maiores reservas de urânio do planeta, domina praticamente todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, algo restrito a um grupo seleto de nações. Trata-se de um ativo estratégico que fortalece a soberania nacional, reduz a dependência externa e amplia a capacidade do país de planejar seu futuro energético.

Em um mundo que busca fontes de energia confiáveis e com baixa emissão de carbono, a geração nuclear ganha cada vez mais relevância. Diferentemente das hidrelétricas, não depende do regime de chuvas. Também oferece geração contínua e previsível, característica fundamental para sustentar o crescimento econômico e atender à de-

manda crescente por eletricidade.

Nesse cenário, a indefinição sobre Angra 3 é injusto. A usina já consumiu vultosos investimentos públicos e privados, possui equipamentos adquiridos e instalados e apresenta um estágio avançado de execução. Cada ano de paralisação representa custos adicionais de manutenção, deterioração de estruturas e perda de eficiência econômica. Em outras palavras, a conta continua chegando mesmo com a obra parada.

A retomada do empreendimento também representa uma oportunidade para a geração de empregos e o fortalecimento da economia regional. A Costa Verde e todo o Sul Fluminense, ambas as regiões no Estado do Rio de Janeiro, poderiam ser beneficiados com a criação de milhares de postos de trabalho diretos e indiretos, além do aumento da atividade econômica em diversos setores. O cálculo é de que se a obra sair do papel serão gerados em torno de sete mil empregos, em uma ocasião de grave crise econômica para os trabalhadores. Isso no pico da obra.

É evidente que uma decisão dessa magnitude exige responsabilidade, transparência e rigor técnico. Mas o que se observa nos últimos anos é uma sucessão de estudos do BNDES e do TCU, análises e discussões que pouco avançam para uma conclusão efetiva. O país parece preso a um ciclo permanente de avaliações, enquanto os custos da indecisão se acumulam.

A reunião do CNPE no próximo dia 24 oferece uma oportunidade para que o governo federal demonstre disposição de enfrentar o tema com objetividade. Mais do

que decidir sobre uma usina, trata-se de definir qual será o papel da energia nuclear na matriz energética brasileira e qual estratégia o país pretende adotar para garantir segurança energética nas próximas décadas.

O que não parece mais razoável é prolongar indefinidamente uma situação de incerteza. O Brasil precisa escolher entre concluir Angra 3, aproveitando os investimentos já realizados e os benefícios que ela pode proporcionar, ou encerrar de vez o projeto. Permanecer no meio do caminho é a pior alternativa. A energia nuclear é estratégica demais para o país, e Angra 3 é importante demais para continuar refém da lentidão das decisões governamentais.

Mais do que uma obra de infraestrutura, a usina representa uma aposta no desenvolvimento tecnológico e na capacidade do Brasil de planejar seu futuro. O que falta agora é a decisão política para transformar esse potencial em realidade. Mas, infelizmente, o encontro do CNPE - que tem o colegiado composto por inúmeros ministros. Se a novela sobre Angra 3 continuar, o país continuará gastando em torno de R\$ 1 bilhão por ano. Tem que ser levado em consideração que a Eletronuclear, que opera as usinas, está com o caixa quase colapsando e vem pedindo sucessivos socorros financeiros ao governo federal, que não decide o que fazer com o abacaxi que precisa descascar. Ou não. Pode deixar a decisão para o próximo governante do país. E, mais uma vez, a população brasileira paga a conta.

*Sônia Paes é editora do Correio Sul Fluminense, do Grupo Correio da Manhã.